

A PARTICIPAÇÃO DE TRABALHADORES NA DEFINIÇÃO DE PROPOSTAS DE EDUCAÇÃO PERMANENTE EM SAÚDE

LUIZ ANILDO ANACLETO DA SILVA^{*}
SANDRA MÁRCIA SOARES SCHIMDT^{**}
HELENA CAROLINE NOAL^{***}
EDUARDA SIGNOR^{****}
ISABEL CRISTINE DE OLIVEIRA^{****}
LETÍCIA PETRY^{****}
VERA REGINA DE MARCO^{****}

RESUMO

Aborda-se neste texto a inserção dos trabalhadores em saúde na definição dos planos regionais de Educação Permanente em Saúde. O objetivo foi conhecer como ocorre a participação dos trabalhadores na definição das propostas que subsidiam os planos regionais de Educação Permanente em Saúde. Essa pesquisa é classificada como qualitativa, descritiva e exploratória. A amostra dos sujeitos que de forma voluntária aderiram à pesquisa foi delimitada por meio do método intencional. Foram entrevistados vinte membros das Comissões de Integração Ensino-Serviço de dezenove coordenadorias de saúde do Estado do Rio Grande do Sul. Os resultados mostram que essas comissões constituem-se em importantes fóruns de inserção dos trabalhadores na definição dos planos regionais de educação permanente, embora a participação destes ainda seja incipiente.

PALAVRAS-CHAVE: Educação em saúde; Enfermagem; Pesquisa em Educação em Enfermagem; Recursos Humanos em Saúde; Serviços de saúde.

RESUMEN

LA PARTICIPACIÓN DE LOS TRABAJADORES EN LA DEFINICIÓN DE PROPUESTAS PARA LA EDUCACIÓN PERMANENTE EN SALUD.

Este texto analiza la inclusión de los trabajadores de la salud en la definición de los planes regionales de Educación Continua en Salud. El objetivo fue conocer cómo ocurre la participación de los trabajadores en la definición de las propuestas que subsidian los planes regionales de Educación Permanente en Salud. El estudio se clasifica como cualitativo, descriptivo y exploratorio. La muestra de los sujetos que voluntariamente se hizo a la investigación, fue diseñada por el método intencional. Se entrevistaron veinte miembros de los Comités de Integración de Enseñanza y Servicio de las diecinueve coordinaciones de salud del estado de Rio Grande do Sul. Los resultados muestran que estos comités son foros importantes en la inserción de los trabajadores en la definición de la educación continua regional, pero su participación es todavía incipiente.

PALAVRAS CHAVE: Educación en salud; Enfermería; Investigación en Educación de Enfermería; Recursos Humanos en Salud; Servicios de salud.

ABSTRACT

THE WORKERS INVOLVEMENT IN DEFINING THE PROPOSALS OF HEALTH CONTINUING EDUCATION.

The subject of this text is the insertion of health workers in the definition of regional plans of Health Continuing Education. The objective was to know occurs workers involve themselves in defining the proposals that subsidize the regional plans of Health Continuing Education. The studies are classified as a qualitative, descriptive and exploratory research. The sampling of individuals who willingly joined the research, was delineated by means of intentional method. Twenty members of commissions of teaching and service integration were interviewed, from all the 19 coordination's of health of Rio Grande do Sul State, Brazil. Results show these commissions are important forums for workers the definition of regional continuing education, even though their involvement is still incipient.

KEYWORDS: Health Education; Nursing; Nursing Education Research; Health Manpower; Health services.

^{*} Enfermeiro. Doutor em Enfermagem – Universidade Federal de Santa Maria – Campus de Palmeira das Missões. E-mail – Luiz.anildo@yahoo.com.br. Telefone: (55) 3742 8858.

^{**} Enfermeira. Doutora em Enfermagem – Hospital Universitário de Santa Maria.

^{***} Enfermeira. Mestre em Enfermagem – Hospital Universitário de Santa Maria.

^{****} Acadêmicas do Curso de Enfermagem – Universidade Federal de Santa Maria – Campus de Palmeira das Missões.

INTRODUÇÃO

No Brasil, a Educação Permanente em Saúde (EPS) é uma política de estado. A Portaria 1.996/2007¹ instituiu a formação de Comissões de Integração Ensino – Serviço (CIES), das quais consta, entre suas inúmeras atribuições, a função de apoiar e cooperar com os colegiados de gestão em saúde, com vistas à elaboração dos planos regionais de Educação Permanente em Saúde. A EPS tem por base teórica os princípios da aprendizagem significativa. Requer, portanto, vincular também às necessidades educativas dos trabalhadores, levando-se em consideração os problemas das pessoas, as experiências dos trabalhadores e, conseqüentemente, desenvolver as ações educativas a partir da problematização do processo de trabalho, considera ainda que a formação e o desenvolvimento dos trabalhadores estejam pautados nas necessidades de saúde das pessoas e populações¹.

Assim, neste estudo, tem-se a intenção de compreender como ocorre a participação dos trabalhadores da saúde na definição das propostas educativas que subsidiam os planos regionais de Educação Permanente em Saúde nas Comissões de Integração Ensino-Serviço (CIES), de âmbito estadual.

O estudo em evidência inclui sujeitos membros das CIES regionais, das 19 Coordenadorias de Saúde existentes no Estado do Rio Grande do Sul, que compõem a CIES estadual. Estes são representantes de diversos estratos sociais, organizações e serviços, dentre os quais: Escola de Saúde Pública, Escola Técnica do SUS, Conselho das Secretarias de Saúde, Gestor Estadual e Municipal de Educação, Conselho Estadual de Saúde, membros representantes de cada regional de saúde, movimentos sociais, trabalhadores de saúde de nível fundamental, técnico e graduação, docentes e discentes, entre outros membros².

A pesquisa justifica-se pela necessidade precípua de entender como os trabalhadores participam nas questões que envolvem a educação em saúde, em particular a EPS. Esta proposta educativa pode ser considerada como a principal

estratégia de inserção dos trabalhadores em ações educativas pró-ativas e integrativas de transformação do processo de trabalho, repercutindo na qualificação da atenção, da gestão e, reciprocamente, da educação. Pela importância da EPS, para além de outros atores, nesse estudo, especificamente, procurou-se focalizar a inserção dos trabalhadores na definição das ações educativas, constituintes dos planos regionais de educação. Parte-se do entendimento de que a participação dos trabalhadores na constituição dos temas que sustentarão as ações educativas contidas nos planos regionais de EPS, ressignificará sua recomposição no contexto, transcendendo-se de posições passivas para ações ativas no processo educativo.

Conceptivamente, a EPS está intrinsecamente vinculada ao processo de trabalho, que inclui a atenção, gestão, ensino e controle social, tendo por objetivo a integralidade do processo e o fomento ao trabalho multiprofissional, articulada com as necessidades de todos os segmentos envolvidos, sejam gestores, trabalhadores e/ou usuários³.

Na EPS, parte-se da pressuposição de que as ações de educação devam ocorrer a partir da problematização do processo de trabalho, considerando-se que as necessidades de formação e desenvolvimento estejam vinculadas às necessidades dos trabalhadores de saúde, dos serviços e, principalmente, que estejam articuladas, também, com as necessidades das pessoas e populações. A EPS, nessa configuração, tem como objetivo a transformação das práticas profissionais e da própria organização do trabalho. Para tanto, as instituições precisam assegurar a representatividade de forma efetiva e comprometida com a produção coletiva. Nessa situação, as CIES assumem um papel preponderante na construção de propostas assentadas nas necessidades da coletividade³.

As ações educativas precisam ser interativas e coletivamente construídas, de modo que se vinculem à técnica, mas que também se apoiem na reflexão e na crítica, com um olhar especial para os espaços de vivências, as ações sociais, relacionais e

profissionais, para assim convergir nas formas de pensar e agir, de inovar e transformar as práticas educativas em concernentes às trajetórias pessoais, sociais e profissionais dos sujeitos⁴.

Para tanto, preconiza-se pedagogicamente estabelecer relações equitativa entre educadores e educandos, superando a hierarquia tipo escolar, isto é, transcendendo-se a fixação em conteúdos e a transmissão verticalizada de ensinamentos pelo desenvolvimento de ações educativas dialógicas, reflexivas, interativas, integrativas e, principalmente, pela construção coletiva das ações educativas. Nessa concepção de educação, os conteúdos são substituídos por temas geradores que emanam da necessidade dos sujeitos, sejam esses trabalhadores e ou usuários, portanto, a EPS, nesse sentido, está compromissada com a autonomia e a emancipação dos sujeitos⁴.

As mudanças advindas dos programas educativos necessitam, para além do desenvolvimento dos sujeitos, também a reconstrução do processo de trabalho, assim como a vinculação a ações tais como acolhimento, escuta ampliada e formação de vínculo. A educação em saúde, nessa perspectiva, precisa transcender a verticalização das ações educativas, em prol de modalidades que se fundamentem na problematização e no diálogo com vistas à obtenção da autonomia⁵.

As propostas educativas precisam estar consignadas às transformações das práticas de saúde, a partir do desenvolvimento integralizado em saúde, com vistas à ampliação da autonomia dos sujeitos. As CIES desempenham um importante papel na construção coletiva das propostas educativas, que estrategicamente visam contribuir para transformar e qualificar a atenção, a organização dos serviços, os processos formativos e as práticas pedagógicas e de saúde⁶.

Consequentemente, na concepção de Educação Permanente, proposta pelo Ministério da Saúde, procura-se integralizar o processo educativo, ao permitir a participação de vários

segmentos sociais, em especial os prestadores dos serviços e usuários, estabelecendo-se como objetivo primordial a consolidação e o fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS). A participação dos trabalhadores na definição das ações que constituem ou irão compor os planos regionais de EPS são preponderantes para aproximar os sujeitos do objeto, das técnicas e das estratégias educativas. Nessa proposta, incorporam-se parte dos princípios que orientam o SUS, ou seja, a construção descentralizada, a universalidade, a integralidade e a participação popular. A educação permanente busca possibilitar, concomitantemente, o desenvolvimento pessoal e institucional, assim como fortalecer a formação com a gestão dos serviços e o controle social⁷.

No Estado do Rio Grande do Sul, a condução da Política Nacional de Educação Permanente cabe aos Colegiados de Gestão Regional em Saúde (COGERES), com o apoio das CIES, instituídas em diferentes regiões do estado. No estado, as CIES estão distribuídas em macrorregiões vinculadas às seguintes CRS: região metropolitana [1ª, 2ª e 18ª] centro-oeste [4ª e 10ª], missioneira [9ª, 12ª, 14ª e 17ª], norte [6ª, 11ª, 15ª e 19ª], serrana [5ª], dos vales [8ª, 13ª e 16ª] e sul [3ª e 7ª]⁽⁸⁾, conforme preconizado por portaria ministerial⁸.

A questão de pesquisa a ser respondida refere-se a evidenciar como ocorre a participação dos trabalhadores na definição dos programas de Educação Permanente em Saúde no âmbito das CIES/CRS/RS. Para aclarar essa questão, estabeleceu-se, como objetivo, conhecer como ocorre a participação dos trabalhadores na definição das propostas educativas que subsidiam os planos regionais de Educação Permanente em Saúde.

MATERIAIS E MÉTODO

Trata-se de uma pesquisa descritiva e exploratória, em que se utilizou a abordagem qualitativa⁹⁻¹⁰. Os sujeitos da pesquisa foram os integrantes da CIES estadual que espontaneamente

concordaram em assinar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e participar do estudo. A amostra dos sujeitos da pesquisa ocorreu pelo método intencional ou deliberado¹¹.

Intencionalmente, selecionaram-se quatro membros de cada área de representação na CIES, sendo esses constituídos por gestores, trabalhadores, docentes e discentes das instituições de ensino e, também, representantes do controle social, respectivamente, totalizando vinte respondentes. Incluíram-se no estudo, os sujeitos que após a apresentação coletiva do projeto de pesquisa em reunião da CIES estadual, concordaram em assinar o Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE). Excluíram-se aqueles que não se mostram dispostos a participar do estudo.

Os representantes dos gestores estavam constituídos por pessoas advindas das áreas de administração, enfermagem, odontologia, enquanto que um desses atuava na agricultura. Do segmento trabalhador, estes estavam compostos por dois grupos: trabalhadores de nível superior, com de profissionais de enfermagem, farmácia, assistência social e nutrição e de trabalhadores de nível técnico, constituídos por um auxiliar e três técnicos de enfermagem. Os representantes do controle social estavam formados por um administrador, bancário, educador popular e professor. Já no segmento de docentes e discentes, havia dois professores de enfermagem e dois estudantes, um de enfermagem e um de psicologia.

A composição da CIES estadual, no período de coletas de dados, era constituída por aproximadamente 40 membros. Utilizou-se como instrumento de pesquisa um questionário com perguntas semi-estruturadas que envolviam temas distintos, tais como: educação permanente em saúde, processo de trabalho, participação dos trabalhadores e, ainda, o envolvimento docente e discente na CIES estadual. A coleta de dados ocorreu nos intervalos das reuniões, para tanto, fazia-se uma abordagem individual, com a apresentação do pesquisador, esclarecimento de dúvidas e, se esse

concordasse em participar do estudo, solicitava-se a assinatura do TCLE e entregue o formulário para ser respondido.

A pesquisa seguiu os preceitos éticos que envolvem seres humanos, em conformidade com o que prevê a Resolução do Conselho Nacional de Saúde-Portaria 196/96¹², obtendo aprovação do Comitê em Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Santa Maria (Parecer nº 23081.001363/2009-51). Para a apreciação dos dados, utilizou-se o sistema de análise de conteúdo, seguindo os passos recomendados por Bardin¹³. Neste estudo, fez-se um recorte e focalizou-se a participação dos trabalhadores na constituição dos planos regionais de EPS.

RESULTADO E DISCUSSÃO

Na análise dos dados referentes à participação dos trabalhadores na definição das propostas de EPS, identificam-se duas categorias. A primeira categoria refere-se à participação ativa dos trabalhadores na configuração das propostas educativas. A segunda refere-se à participação passiva dos trabalhadores na configuração das propostas educativas.

A participação ativa dos trabalhadores na configuração de propostas educativas

As respostas de alguns dos participantes do estudo evidenciam a participação dos trabalhadores como sujeitos com posições mais ativas no processo de definição e implementação das propostas de EPS, nas quais têm a possibilidade de se inserir, participar e propor mudanças na educação, na gestão e, conseqüentemente, redimensionar o seu processo de trabalho. Transparece que as CIES constituem-se em um importante espaço de diálogo e a interação entre os sujeitos, que passam a ter voz ativa na definição das ações educativas.

[...] atualmente os trabalhadores estão mais atuantes, participando e se envolvendo no processo de educação

permanente. Há participação nas reuniões da CIES da Coordenadoria, na elaboração dos projetos, nos seminários. (R 8)

[...] na CIES há espaços onde os trabalhadores podem discutir efetivamente as propostas de trabalho. (R 12)

[...] é um local importante em que se manifesta sobre suas necessidades de educação (R 14).

[...] as discussões envolvendo a educação acontece nos diferentes segmentos além das CIES, da sociedade organizada, bem como no colegiado de gestão regional em saúde. (R 11)

[...] Na CIES pode-se conversar com pessoas das coordenadorias regionais de saúde, das universidades, dos sindicatos, conselhos municipais de saúde, gestores municipais, principalmente nas CIES. (R 1)

Preconiza a legislação que, na composição das CIES, estejam presentes representantes dos gestores de saúde municipais e estaduais; dos trabalhadores e/ou suas entidades representativas; das instituições de ensino com cursos na área da saúde; dos movimentos e controles sociais ligados à gestão, ou seja, nessa perspectiva, as propostas de EPS necessitam ser socialmente construídas¹.

A interatividade e a participação no processo educativo ocorrem com e através dos sujeitos e é em razão desses e da vinculação com o compromisso social que se projeta a educação no trabalho; portanto, a participação dos trabalhadores precisa ser ativa, mas, para tanto, é essencial que estes sejam também protagonistas em todo o processo, na concepção, definição e até na implementação das propostas educativas¹. A consignação de educação no trabalho, com participação dos diferentes segmentos sociais, apresenta-se como uma das alternativas plenamente viáveis de romper com o conformismo, que imobiliza e afronta a capacidade crítica e criadora dos sujeitos.

A EPS, nessa perspectiva, é dinâmica e pode ocorrer em diversos momentos e lugares intersectando-se as experiências pessoais e profissionais, em

diferentes cenários, que incluem as organizações governamentais e não governamentais, entidades sindicais, grupos comunitários, escolas, cooperativas e universidades, situação em que todos os segmentos possam ser reciprocamente beneficiados⁴. A participação dos trabalhadores em órgãos colegiados nos quais se discutem propostas, políticas e intervenções educativas são imprescindíveis, pois, para além de ser um espaço de discussões, também são espaços de aprendizagem, interações, socialização de experiências e convívio com diferentes segmentos, como professores, alunos, gestores e movimentos sociais.

A participação dos trabalhadores na definição de propostas educativas é valorizada, pois eles convivem com questões atinentes ao seu fazer diário. A efetiva participação dos trabalhadores permite contemplar a definição de suas especificidades de trabalho, de acordo com suas necessidades profissionais, ou do contexto em que atuam:

[...] a participação do trabalhador é boa, pois muitos querem contribuir com suas experiências e expectativas de novos conhecimentos' (R 4).

[...] é importante colocar para o grupo as necessidades das suas regiões (R 10).

[...] participar desde o levantamento das necessidades de concepção, de planejamento, execução e avaliação das atividades (R 6).

A inserção dos trabalhadores na definição, implementação e avaliação do processo educativo pode ocorrer de maneiras diferenciadas. As necessidades educativas dos trabalhadores podem ser evidenciadas de formas distintas, utilizando-se questionários, ocorrência de eventos adversos, índices de infecção, avaliação dos usuários, entre outras. Essas são algumas das formas de definirem-se as ações educativas a serem desenvolvidas.

Elaborar um questionário para colocar as necessidades de cada setor em relação à cursos, também um questionário para os municípios para que colocassem qual as necessidades

pertinentes ao seu município, após este levantamento vai se organizar os projetos de acordo com esta demanda (R 13).

Os trabalhadores de enfermagem recebem a formação generalista e muitas vezes, necessita-se agregar novos conhecimentos para inserirem-se em determinadas atividades e, também, de continuamente aperfeiçoarem-se e adquirirem novos conhecimentos. Por essas razões, precisa-se estimular e envolver os sujeitos nos processos educativos¹⁴.

A proposta de EPS preconizada no Ministério da Saúde estrategicamente prevê transformar e qualificar as ações e os serviços, os processos formativos, as práticas pedagógicas e de saúde. Prevê-se que a EPS possa transformar as práticas profissionais existentes mediante ações construídas a partir da reflexão de trabalhadores. Assim, torna-se uma maneira de o profissional sempre adquirir novos conhecimentos e contribuir sistematicamente para um processo de criação e recriação, desenvolvendo a reflexão crítica sobre sua prática/trabalho, adquirindo e transformando seu conhecimento.⁷ Contudo, há de se afirmar que a EPS está comprometida com o desenvolvimento integral dos sujeitos, na qual os educandos tem participação ativa no processo e são também protagonistas de suas transformações.

Apesar dos esforços despendidos no sentido de superar a interseção existente entre educação, gestão e atenção, ainda prevalece uma concepção educativa voltada para o tecnicismo, compartimentada, com a prática destoante da teoria, em que se privilegia o saber técnico-operacional, em detrimento à educação que esteja vinculada ao desenvolvimento de conhecimentos do contexto profissional e social⁴. A concepção educativa capitalista de educação concebe como 'educados' os trabalhadores que são competentes tecnicamente e disciplinados a cumprir ordens. O processo educativo não se restringe ao desenvolvimento de concepções teóricas ou simples à

aquisição de técnicas, habilidades práticas, o que se busca é o desenvolvimento de ações educativas na perspectiva de uma práxis educativa transformadora¹⁴.

Parte-se do entendimento de que, para ter-se uma práxis na educação no trabalho, passível da criação e da reflexão na perspectiva de transformar, faz-se imprescindível a participação do trabalhador, pois este pode contribuir com a visão ampliada do espaço de trabalho, em razão de conhecer as especificidades de suas atividades e assim refletir sobre as formas de fazer, e assim, aproximar com mais propriedade as teorias das práticas, mas precisam da intervenção dos trabalhadores para vir a constituir uma práxis inovadora¹⁴.

Para contribuir com o êxito dos objetivos propostos e gerar oportunidades, a EPS orienta-se no sentido de estabelecer vínculos entre a educação e o trabalho. Nesse contexto, a participação dos trabalhadores no desenvolvimento das ações educativas, são preponderantes, para além, de auto-desenvolvimento, também é uma forma de qualificar a atenção e a consequente contribuição para a saúde dos sujeitos e populações. Assim, a proposta de EPS assume também como objetivo a melhoria de qualidade do serviço oferecido à população, constituindo-se em um instrumento pedagógico da transformação do trabalho e do desenvolvimento permanente dos trabalhadores

Participação passiva dos trabalhadores na configuração das propostas educativas

A segunda categoria refere-se à constatação de que 'há pouca participação dos trabalhadores' na definição e implementação das propostas de EPS:

[...] gestão partilhada, nos espaços de gestão, na ampliação dos processos de responsabilização, a participação dos trabalhadores ainda é pouca, quase nenhuma, parece não quererem participar (R 7).

[...] os trabalhadores deveriam participar mais ativamente da construção e da gestão da educação Permanente, no

entanto, em função de visões/ações fragmentadas, estamos longe desta forma de envolvimento (R5).

[...] há pequenos grupos interessados, mas a maioria dos trabalhadores parece não se envolver efetivamente (R 9).

As atividades educativas, na visão dos trabalhadores, nessa perspectiva, se constituem em ações pouco significativas. A não modificação do processo de trabalho, a continuidade dos problemas, as fragilidades, o fazer sempre igual acabam traduzindo-se em desânimos, desmotivação e/ou indiferença em relação ao seu processo de aprendizado. O relato de algumas experiências dos trabalhadores evidencia uma dicotomia entre trabalhar e aprender e, normalmente, isso decorre da desarticulação entre o que faz na prática e o que concebe na teoria¹⁵.

A pouca participação também pode ocorrer em razão de diferentes fatores, entre estes as propostas educativas impostas conforme decisão de determinados grupos e/ou propostas de educação não atrativas em razão de propostas educativas.

[...] infelizmente a visão/ações de educação que vem sendo propostas, ainda são muito fragmentadas. (R 16)

A questão da pouca participação dos trabalhadores nos espaços da gestão e da educação pode ser decorrente de certos distanciamentos e sentimentos de não pertencimento do processo:

[...] não sou convidado a participar, pelo menos não em todas, vão principalmente o médico e enfermeira, para o pessoal de nível médio nada. (R 5)

[...] embora queira participar, tenho pouco conhecimento, daí tenho dificuldade em participar, também, nunca foi convidado. (R 15)

A cogestão é um modo de administrar que inclui o pensar e o fazer na coletividade, para que não haja excessos por parte dos diferentes segmentos. A gestão compartilhada, também chamada de colegiada, participativa ou cogestão, apresenta-se como uma proposta de

gerenciamento desenvolvida para organizações de saúde. O envolvimento de diferentes sujeitos representa uma Possibilidade de adoção da gestão colegiada como método de gerenciamento. A gestão compartilhada apresenta-se como uma proposta de gerenciamento desenvolvida para organizações de saúde. A participação dos representantes da população qualifica e humaniza o trabalho⁷.

Pensando nessas diferentes necessidades e relações que se estabelecem, torna-se relevante observar o papel de cada segmento na construção de modelos que sejam horizontalizados, participativos e democráticos, sem que se perca o foco de que o desenvolvimento do profissional que atua no setor constitui um desafio para o gestor de serviços de saúde e, para tal, as influências, a subjetividade nas relações, os diferentes saberes, valores e práticas projetam uma arena de discussão que não deve ser desconsiderada.

A transformação, por meio da EPS, ocorre no sentido contrário ao da reprodução. Enquanto na reprodução procura-se fortalecer o instituído, na transformação busca-se a subversão ao socialmente estabelecido. Para que efetivamente haja transformações, portanto, um dos princípios orientadores é constituir propostas educativas concebidas e desenvolvidas a partir do contexto real vivenciado pelos trabalhadores em saúde¹⁶.

A EPS estabelece possibilidades de transformação, de ampliação e de valorização dos conhecimentos do coletivo de sujeitos envolvidos no processo de trabalho em saúde. Por conseguinte, a EPS pode ser compreendida como um dispositivo para a transformação e, efetivamente, configurar-se como uma das estratégias para potencializar a participação dos trabalhadores no processo de trabalho em saúde⁽¹⁶⁾. Para tanto, necessita-se assumir o compromisso de reconstituir a prática profissional, desenvolvendo a capacidade de observação e de projetar soluções adequadas em ações individuais e coletivas, bem como envolver a equipe de trabalho, com o enriquecimento e a reciprocidade nas relações e o

reconhecimento destas no processo de trabalho¹⁷.

A pouca participação dos trabalhadores nas atividades educativas, evidenciada pela falta de envolvimento e comprometimento, transcende a questões estruturais e de gerenciamento de recursos humanos. Esse comportamento pode estar relacionado às formas como as propostas educativas são desenvolvidas, nas quais os trabalhadores são vistos como simples instrumentos de reprodução de práticas, haja vista a excessiva valorização de normas e rotinas. A configuração do espaço de trabalho denuncia o tipo de educação que se quer desenvolver: o de dominação ou o de libertação. No espaço de dominação, procura-se manter os sujeitos dependentes, alienados e acomodados, com poucas possibilidades de sequer refletirem sobre a realidade. Já no espaço de libertação, as propostas educativas vinculam-se a ações que procuram desenvolver sujeitos críticos, questionadores e capazes de intervir sobre a sua realidade¹⁷.

CONSIDERAÇÃO SFINAIS

É necessário salientar a importância da participação dos trabalhadores na definição das propostas educativas. Assim, o olhar atento para as definições das propostas de EPS dos trabalhadores na realidade vivida permite entender que a promoção de ações de educação é dever e direito que está diretamente relacionado ao exercício da cidadania. E mais: que a educação contribui para a criação de uma sociedade mais pró-ativa e protagonista, composta de cidadãos e trabalhadores críticos, reflexivos, participativos e criativos dispostos a modificar sua realidade, inclusive a de seu processo de trabalho.

No entanto, respeitando-se as limitações do estudo, evidencia-se que a participação ativa dos trabalhadores nos processos educativos esta ainda é elementar, fato que se configura em um dos fatores limitadores ao desenvolvimento de propostas de educativas consignadas com as necessidades dos trabalhadores, presumidamente, existe a possibilidade

das ações educativas possa estar desarticuladas das necessidades desses trabalhadores. Nesse sentido, experiências bem-sucedidas com educação no trabalho indicam que, prioritariamente, as ações educativas precisam estar articuladas com as necessidades do trabalho. Educandos adultos necessitam associar o processo educativo com as questões do cotidiano de trabalho, posto que sua práxis é baseada na reflexão e na ação, na permuta de experiências, na interatividade com os educadores, na motivação em aprender e na essencialidade do diálogo e, conseqüentemente, as concepções educativas precisam ser discutidas à luz de suas vivências, como forma de superação do mero verbalismo.

Por fim, destaca-se que a participação dos trabalhadores na definição das ações educativas é o início de uma longa caminhada que, até o momento, ainda é tímida e de certa forma fragmentada. Portanto, é imprescindível instigar os trabalhadores de que as ações de EPS são um dos caminhos para a agregação de conhecimentos que possibilitem a transformação dos sujeitos nos diferentes cenários: não somente profissional, mas político, ético, econômico e social. Portanto, a EPS está intimamente vinculada às transformações e superações de modelos político-econômicos e, sobretudo, comprometida com transformações nos modelos de gestão e atenção à saúde que tanto o povo deseja, requer e que, constitucionalmente lhe é assegurada, mas nem sempre disponibilizada de fato.

REFERÊNCIAS

1. Ministério da Saúde. Portaria (BR) GM/MS nº 1.996, de 20 de agosto de 2007. Dispõe sobre as diretrizes para a implementação da Política Nacional de Educação Permanente em Saúde e dá outras providências. Brasília (DF):MS; 2007.
2. Secretaria de Estado da Saúde do Rio Grande do Sul. Resolução nº 036. Comissão Intergestores Bipartite . Distribuição das Comissões Permanentes de Integração Ensino Serviço (CIES). CIB/RS. Porto Alegre (RS): SES; 2012.

3. Ministério da Saúde (BR). Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde. Departamento de Gestão da Educação em Saúde. Política Nacional de Educação Permanente em Saúde / Ministério da Saúde, Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde, Departamento de Gestão da Educação em Saúde. Brasília (DF): MS; 2009.
4. Silva LAA, Backes VMS. Perspectivas de transcender na educação no trabalho: tendências da enfermagem latino-americana [Tese]. Florianópolis (SC): Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação em Enfermagem; 2007.
5. Bonfim PF, Fortuna CM, Gabriel CS, Durante MC. Ações educativas em um Programa de Agentes Comunitários de Saúde. *Rev. bras. enferm.* [periódico na Internet]. 2012 Jun [citado 2013 Ago 09]; 65(3): 420-427. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-71672012000300005&lng=pt. <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-71672012000300005>.
6. Montanha D, Peduzzi M. Educação permanente em enfermagem: levantamento de necessidades e resultados esperados segundo a concepção dos trabalhadores. *Rev. esc. enferm. USP* [periódico na Internet]. 2010 Set [citado 2013 Ago 09]; 44(3): 597-604. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0080-62342010000300007&lng=pt. <http://dx.doi.org/10.1590/S0080-62342010000300007>.
7. Ministério da Saúde (BR). Secretaria-Executiva. Núcleo Técnico da Política Nacional de Humanização. Humaniza-SUS: gestão participativa: co-gestão / Ministério da Saúde, Secretaria-Executiva, Núcleo Técnico da Política Nacional de Humanização. Brasília (DF): Ministério da Saúde, 2004.
8. Secretaria de Estado da Saúde do Rio Grande do Sul. Comissão Intergestores - Bipartite. Distribuição das Comissões Permanentes de Integração Ensino Serviço (CIES). CIB/RS. Resolução nº 143/07. Porto Alegre (RS): SES; 2007.
9. Minayo MC. O desafio do conhecimento. São Paulo: Hucitec, 2007.
10. Gil AC. Como elaborar projetos de pesquisa. São Paulo: Atlas, 1996.
11. Turato ER. Tratado da metodologia clínico-qualitativa. Petrópolis: Vozes. 2003.
12. Ministério da Saúde (BR). Conselho Nacional de Saúde. Resolução n. 196/96. Dispõe sobre pesquisa envolvendo seres humanos. Brasília (DF): MS; 1996; (4):15-25.
13. Bardin L. Análise de conteúdo/Laurence Bardin; tradução de Luís Antero Reto, Augusto Pinheiro. São Paulo: edições 70, 2011.
14. Silva LAA, Ferraz F, Lino MM, Backes VMS, Schmidt SMS *et al.* Educação permanente em saúde e no trabalho de enfermagem: perspectiva de uma práxis transformadora. *Rev. Gaúcha Enferm. (Online)* [online]. 2010, vol.31, n.3 [citado 2013-08-12], pp. 557-561 . Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1983-14472010000300021&lng=pt&nrm=iso. ISSN 1983-1447. <http://dx.doi.org/10.1590/S1983-14472010000300021>.
15. Sudan LCP, Correa AK. Práticas educativas de trabalhadores de saúde: vivência de graduandos de enfermagem. *Rev. bras. enferm.* [online]. 2008, vol.61, n.5 [citado 2013-08-12], pp. 576-582 . Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-71672008000500008&lng=pt&nrm=iso. ISSN 0034-7167. <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-71672008000500008>.
16. Reibnitz KS, Prado ML. Inovação e educação em enfermagem. Florianópolis: Cidade Futura, 2006.
17. Barbosa VBA, Ferreira MLSM, Barbosa PMK. Educação permanente em saúde: uma estratégia para a formação dos agentes comunitários de saúde. *Rev. Gaúcha Enferm.* [periódico na Internet]. 2012 Mar [citado 2013 Ago 12]; 33(1): 56-63. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1983-14472012000100008&lng=pt. <http://dx.doi.org/10.1590/S1983-14472012000100008>.